



MODELOS DE POLICIAMENTO COMO TÉCNICAS DE PROMOÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA E SUAS APLICAÇÕES NOS AMBIENTES UNIVERSITÁRIOS: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE ESTADOS UNIDOS E BRASIL

RUY TADEU MAMBRINI RIBAS

Universidade Federal de Santa Catarina

rtmribas@gmail.com

MATEUS STALLIVIERI DA COSTA

Universidade Federal de Santa Catarina

mateusstallivieri@gmail.com

ALEXANDRE MARINO DA COSTA

Universidade Federal de Santa Catarina

alexandre.marino@ufsc.br

RESUMO

O presente estudo aborda os principais modelos de policiamento enquanto técnicas de promoção ou prestação da segurança pública pelas instituições competentes para tanto. Trata da evolução do modelo dito “profissional” até a concepção mais moderna do modelo “comunitário” para, então, verificar a aplicação de tais modelos pelas instâncias legítimas para a manutenção da segurança pública nos campi de universidades estadunidenses. Percebida a adoção de práticas alinhadas com o modelo “comunitário” naquele caso, procura-se, pelo estudo comparado, observar quais daquelas podem ser adotadas na atuação das instituições ou instâncias que no Brasil possuem a atribuição de proteger vida e patrimônio no interior das universidades. Afastada a questão legal, pois segurança pública tema constitucionalmente regulado em solo brasileiro – e com características e entendimentos sensivelmente diversos dos encontrados nos Estados Unidos – é possível perceber que itens de natureza administrativa, ligados à infraestrutura do campus e à regulação de seu funcionamento bem como à prestação de serviços específicos pelas universidades podem ser incorporados sem maiores reformas institucionais ou inovações normativas e com capacidade de influenciar de forma significativa na sensação de segurança percebida e na efetiva segurança do campus universitário e daqueles que habitam tão peculiar cenário.

Palavras chave: Segurança Pública. Administração Pública. Administração Universitária. Administração Pública Comparada. Universidade.

1. INTRODUÇÃO

O presente escrito tem como objetivo central investigar de que forma as doutrinas de policiamento, enquanto “modelos” de prestação ou promoção da segurança pública e sua gestão, são aplicadas nas instituições de ensino superior brasileiras e norte-americanas.

Para tanto, inicialmente faz-se exposição acerca do tema segurança entendido como aspecto fundamental de qualquer empreendimento social humano, como base necessária para comunidades organizadas de forma mais sofisticada – o que valerá em seguida para um Estado, uma municipalidade e, também, para uma universidade, enquanto instituição de números (e complexidade), não raro, comparáveis aos de municípios de pequeno e médio porte.

Na medida em que universidades possuem “população”, área física e orçamentos não tão distintos de cidades, há que se abordar a problemática da segurança pública como desafio posto à gestão destes espaços-instituições.

Frente ao já antigo e sempre presente desafio de gestão da segurança pública, duas são as principais “abordagens” ou “escolas” de técnicas de policiamento (entendido como atividade de manutenção da ordem pública, do cumprimento da lei, da segurança pública), portanto: a “tradicional” ou “profissional” e a “comunitária” ou “orientada para a solução de problemas”.

Evidente que como função própria do núcleo mais duro de uma sociedade a “polícia” varia enormemente de um País para o outro. O problema é afastado, no entanto, diferenciando-se policiamento de polícia. Estas são as instituições (ou institutos) que embora possuam traços em comum diferenciam-se em enorme escala ao redor do globo; aquele é um ato, atividade voltada à manutenção da ordem e do aspecto pacífico no espaço comum, compartilhado pela sociedade ou por um determinado (e ordenado por algum critério) grupo de pessoas.

Afastando-se a questão da instituição policial (e suas peculiaridades a depender da ordem jurídica que as fundamenta em cada País) pode-se comparar como o policiamento é levado a cabo em um e outro local e aqui aproximamo-nos da intenção do escrito. Neste caso em tela, após descritos ambos os modelos de policiamento elencados mais acima pode-se querer comparar sua presença e aplicação em instituições universitárias de um e outro país – aqui, Brasil e Estados Unidos.

Embora situadas em determinada nação e, portanto, subordinadas a certo ordenamento jurídico, as universidades configuram-se como locais ou espaços de traços bastante peculiares. Quando se tem em conta a progressiva internacionalização destas instituições com a presença de cidadãos das mais diversas origens nestes espaços, a questão ganha cores ainda mais elaboradas. Há que se prestar segurança pública, dentro de um espaço específico (e por vezes privado, a depender da natureza jurídica da instituição de ensino em tela) para pessoas vindouras dos mais diversos locais, com igualmente variados códigos morais e legais. Esta diversa e complexa comunidade é a que deve ser assegurada e para este fim é necessário fazer opções acerca de qual abordagem do dito “policiamento” será aplicada e, diante de tais aplicações, procurar validar – com base naquilo que é comum às instituições universitárias ao redor do mundo – as boas práticas e replicá-las nas universidades em todo o globo, respeitadas, evidente, as particularidades do ordenamento jurídico de cada nação.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 SEGURANÇA, ORDEM PÚBLICA, POLÍCIA E POLICIAMENTO: IMPORTÂNCIA DOS TEMAS, ESCLARECIMENTOS TERMINOLÓGICOS E DEFINIÇÃO PREAMBULAR DE CONCEITOS

A história humana e de suas instituições é, necessariamente, uma vivida e conjugada no coletivo. Seres humanos existimos e convivemos, afinal, no plural. Assim é pela simples percepção, antes de qualquer coisa, empírica de tal vivência compartilhada ou, em última instância, por determinantes naturais impostas ao frágil gênero animal. Ao ser humano, só o que existe é a convivência (CORTELLA, 2013, p. 56), com as benesses e mazelas do prefixo de concomitância, e assim é, em visão mais cética, principalmente por falta de outra opção (PONDÉ, 2013, p. 188).

Aristóteles (2005, p. 12) em seus escritos já abordava o necessário pareamento dos seres humanos pela imposição da natureza no tocante à reprodução. Bloch (2001, p. 69-73) também condiciona a continuidade histórica do homem à interação, necessária transmissão – mesmo que intertemporal e transfronteiriça – de informação, sinais, vestígios. Embora a partícula mínima da sociedade seja o indivíduo, trata-se, portanto, de relativa abstração, já que ele por si só não se basta nem se perpetua.

Ora, o argumento é válido para a união em duplas com fins reprodutivos, mas não apenas. A história tratou de provar o benefício de alongar a prática gregária ainda mais. A percepção do indivíduo humano acerca de sua própria fragilidade inspirou a superação desta condição “selvagem” pela união em sociedades familiares e deste ponto em diante numa gradiente de complexidade (ENGELS, 1979, p. 35).

Sobre a constituição da instituição familiar e sua posterior ampliação (ou retração, para alguns autores) em organismos sociais mais complexos não caberá o alongamento neste breve escrito pois tema merecedor de muitas mais páginas que possível sequer esboçar aqui. O que se quer trazer, não obstante, é que a progressão e solidificação de comunidades até sociedades maiores e mais sofisticadas tem em sua gênese a busca por segurança – diante dos perigos naturais impostos ao frágil corpo humano e diante da constante ameaça que o “outro” representa a cada indivíduo formador do tecido social (ENGELS, 1979, p. 66).

Trata-se de medida utilitária mesmo. O ser humano para afastar-se de sua primitividade inicial, independência selvagem, concebe-se como parte de um corpo, pois vê vantagens na naturalização ou normalização deste novo “estado social” (MILL, 2007, p. 50). Tudo isto não é mera manobra de determinismo, no entanto. O ser humano ativamente realiza opções e justificativas para tal união social. Em que pese exista um “impulso associativo natural na origem da sociedade humana” ela surge apenas como fruto da “inteligência e vontade humanas” pela fixação de objetivos e finalidades em comum para a sociedade que se quer formar (DALLARI, 2010, p. 23).

Tal finalidade de uma organização social deveria ter, então, conexão com aquilo que seus membros compreendam mais valioso, mais importante. Aqui surge a problemática de como identificar com precisão qual o objetivo que congrega a vontade de todos os indivíduos, que dotados de inteligência própria, livre (ou quase livre) determinação e vontades percebem diversidade de preferências (RIBAS, 2014, p. 20).

Na virtual impossibilidade de depurar uma meta geral e comum da sociedade ou um rol exaustivo de temas preciosos que tenham a mesma importância e que não se contradigam, Dallari (2010, p. 24) assevera que o que se pode buscar é o “bem comum” e, na explicação de tal conceito tão amplo, recorre à formulação feita pelo Papa João XXIII, que categoriza, segundo o pensador brasileiro, de forma “extremamente feliz” e “verdadeiramente universal” o termo como o “conjunto de todas as condições de vida social que favoreçam o desenvolvimento integral da personalidade humana e sua sociedade”.

A sociedade civilmente organizada de forma mais complexa (e evita-se propositadamente aqui a utilização do termo “Estado” para evitar maiores desvios de rota que poderiam se seguir) tem como objetivo garantir condições mínimas de desenvolvimento das faculdades humanas. Evidente que, superada a significação do termo “bem comum”, encara-se nova problemática, qual seja, a de definir quais são essas ditas “condições mínimas” e de que forma se pode garanti-las.

Diversos são os teóricos que deste ponto em diante debatem o Estado, seu papel, as formas pelas quais deve desempenhar as funções a Ele confiadas ou outorgadas e a própria forma como se deve estruturar e operar – os limites, a abrangência de seus poderes e o modelo pelo qual deve gerir o exercício de tais potencialidades.

Como advertido acima não se entrará na seara da teoria política ou da teoria geral do Estado, pois assunto demasiado complexo e extravagante aos fins pretendidos nesta produção,

o que se traz para fins de contextualização do debate que se seguirá é o breve entendimento proposto por Dallari (2010, p. 106) quando trata de corrente teórica que entende a finalidade essencial do Estado (aqui empregado como sinônimo vulgar para uma organização social formalmente ordenada pelo acordo dos homens, sem quaisquer outras denotações teóricas ou ideológicas) com “fins limitados”:

São favoráveis aos fins limitados, reduzindo ao mínimo as atividades do Estado, todas aquelas teorias que dão ao Estado a posição de **mero vigilante da ordem social** [...] Entre os adeptos dessa posição, alguns dão ao Estado a função exclusiva de **preservação da segurança**, daí derivando a expressão Estado-polícia, para indicar que o Estado só deveria agir para **proteger a segurança dos indivíduos**, nos casos de ameaça externa ou de grave perturbação interna. Outra importante corrente dá ao Estado, exclusivamente, a **função de proteger a liberdade individual**, emprestando um sentido muito amplo ao termo liberdade [...] (grifos nossos)

Não se quer advogar que seja apenas esta a função do Estado. Também não haverá aprofundamento no debate que há séculos investe rios de tinta na defesa de mais ou menos funções ao ente estatal. O que se quer demonstrar é que mesmo os autores que defendem um Estado minimalistas enxergam, na preservação da segurança, o núcleo mínimo da razão de ser do Estado (e de qualquer sociedade organizada), a maior justificante da “criação” de uma organização social “abstrata”, fruto do acordo das vontades dos indivíduos, que deixam a animalidade inicial da condição humana em direção a algo mais.

Em última análise, independente de modelos este “algo mais” buscado pelos indivíduos é a criação e manutenção de um ambiente pacífico, seguro, adequado ao desenvolvimento das faculdades particulares livres.

Desta constatação em diante diversas foram as formas de organização social. Do diagnóstico do egoísmo mobilizador da natureza humana e da desconfiança mútua decorrente nos círculos sociais; do medo da morte violenta, sempre presente nos homens e justamente o que faz com que se tornem, ao mesmo tempo, vítimas e criminosos de si próprios (ALVES, 2001, p. 20-21) ergue-se a leviatânica figura despótica, centralizadora, autoritária projetada por Hobbes.

Por mais que importante na história do desenvolvimento do Estado e de suas instituições, a construção hobbesiana, mais que uma atmosfera de segurança, cria um cenário de constante temor e é superada posteriormente por modelos (e portanto instituições) de cunho mais democrático e ambas Revoluções Inglesa, Francesa e Americana trazem em seu bojo o direito à segurança e aos meios necessários para garanti-la (DALLARI, 2010, p. 147-150).

Neste contexto mais moderno de organização social, qual seja dos Estados democráticos de direito – e conforme ressalva já feita, não se aprofundará neste pendular processo de avanço desde o absolutismo até este ponto – o debate então volta a ser sobre as formas de promoção da segurança dos indivíduos que, é, por decorrência lógica, a própria forma de prestação do “serviço”/direito de segurança pública.

O intróito foi longo e pode parecer, em primeira vista, fora do escopo deste escrito mas não o é, em fato. O intuito de tamanha contextualização é a exposição que pretende consolidar a percepção de que desde o início da aventura humana, qualquer empreendimento só se sustenta se alinhado à demanda básica por segurança. Em verdade este é o objetivo central de uma sociedade organizada que, diante disto, só se perpetua saudável se suas instituições forem capazes de promover ou prover esta condição de segurança para aquele desenvolvimento das faculdades individuais que falam os teóricos invocados anteriormente.

Tratar detalhadamente, deste ponto em diante, das instituições estatais de segurança pública – ou as polícias, se queira – seria demasiado complicado. Não há como se pretender destacar um ato ou fato histórico, uma data certa ou local especificamente demarcado para a

“fundação” do segmento social ou estatal competente para promoção de segurança pública e ao redor de todo o mundo a história seguiu seu próprio (e distinto dos demais, portanto) curso (HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 33)

Para todos os fins, e em uma simplificação indesejável mas necessária, segue-se em frente tendo em mente que ao longo do desenvolvimento das sociedades a tarefa de manutenção da ordem e da segurança esteve, inicialmente, “pulverizada” ou dispersa entre vários atores, autoridades públicas ou não e até ao sobrenatural e foi progressivamente organizada em instituições próprias que sobrevieram de todo o processo histórico de cada sociedade. (HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 33). Evidente que, assim, como produto de uma sociedade cada instituição possuirá traços próprios, que também não serão objeto específico de nossa exposição.

O que nos importa é compreender que, ao menos na ampla maioria das sociedades ocidentais, em determinado ponto da história, consolidaram-se instituições competentes para a prestação de segurança pública através do “policimento”. Embora cada sociedade organize à sua própria maneira este segmento social de fins tão específicos, de conteúdo tão variável, existe um eixo comum: a segurança; e uma componente mínima: as técnicas de policimento como uma das modalidades de prestação ou promoção da segurança (HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 34).

Diante disto o que se quer fazer é um acordo de significação para que se possa seguir em frente. Bayley (2006, p. 19) adverte da complicada tarefa que é tratar das instituições de segurança já que generalizações podem ser prontamente contestadas no que perpassa o tema. Desta forma, o presente trabalho adotará o conceito do estudioso referido para entender de forma genérica estas instituições como aquelas constituídas e operadas por “pessoas autorizadas por um grupo para regular as relações interpessoais deste grupo”, pela imposição da lei e, se necessário, a aplicação da força física (BAYLEY, 2006, p. 20).

Com esta compreensão em mãos pode-se afastar uma série de argumentos específicos a cada caso, local, realidade. O que nos importa é que a autoridade destas instituições deriva de unidades sociais maiores que a legitimam em sua atuação (BAYLEY 2006, p. 20).

Isto superado parece maduro o debate para que se passe, deste ponto em diante, à análise das formas pelas quais as instituições de segurança pública atuam ou podem atuar. Em outras palavras, as principais doutrinas de “policimento” (como componente da prestação de segurança) em vigor e a forma pela qual são aplicadas por instituições policiais (ou não) em determinados contextos e espaços.

Se necessário um último esclarecimento terminológico para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas restantes: “polícia” e “policimento” não se confundem. Embora seja regra geral no mundo ocidental a direta relação entre um termo e outro, o “policimento” é uma fase do controle social que pode ou não ser exercido por uma instituição policial ou dotada do “poder de polícia”.

Finalizando o interlúdio aberto no parágrafo anterior transcreve-se trecho que, embora longo, bem condensa o que se quer explicar para ir, enfim, adiante:

Resumindo, o “policimento” é um aspecto dos processos de controle social, que ocorre universalmente em todas as situações sociais onde houver, no mínimo, potencial para conflito, desvio ou desordem. Envolve vigilância para descobrir infrações existentes ou previstas, e a ameaça ou mobilização de sanções para garantir a segurança da ordem social. A ordem em questão pode estar baseada no consenso, ou no conflito e opressão, ou em algum amálgama ambíguo de ambos, o que é geralmente o caso nas sociedades modernas. Enquanto o policimento pode ser universal, a “polícia”, como corporação especializada de pessoas a quem foi dada a responsabilidade básica formal da força legitimada para salvaguardar a segurança, é um traço que só existe em sociedades relativamente complexas (REINER, 2004, p. 27).

Visto tudo isso, seguimos para a descrição, mesmo que resumida, das duas principais abordagens ou técnicas de policiamento aplicadas pelas instituições que exercem tal atividade – e como visto, não necessariamente forças policiais – para mais adiante, em carga de tal bagagem teórica, buscar visualizar de que forma tais técnicas são aplicadas ou ignoradas na gestão da segurança pública em universidades brasileiras e estrangeiras.

2.2 POLICIAMENTO PROFISSIONAL OU “TRADICIONAL”

O modelo profissional de policiamento (ou de polícia, se o foco do trabalho fosse outro) representou na história das instituições de segurança pública enorme avanço. É que os primeiros registros de profissionais integrantes de uma estrutura organizada de administração (e, no caso, pública) da segurança pública são retirados, provavelmente, d'A República de Platão. Na obra o autor apresenta os “guardiões da lei e da cidade” que também acumulavam a responsabilidade pela administração da “polis” (HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 35).

Enquanto no restante do mundo os indivíduos dispunham apenas de suas próprias forças para preservarem sua integridade de quaisquer ameaças, na Grécia surgem, pela primeira vez na história humana, agentes especializados na imposição das regras sociais pela coação física, inclusive. Caso é que tais instituições helênicas eram pouco coordenadas entre si e menos ainda profissionalizadas em sua atuação. De qualquer forma vale o registro histórico já que, em grande parte (simplificando-se bastante a história para os fins deste artigo), o que sucedeu o caso grego foi uma série de experiências “proto-policiais” ainda mais dispersas, desagregadas e pouco profissionalizadas entre a queda de Roma e a ascensão dos Estados Modernos. (MONET, 2002, p. 32; BAYLEY, 2006, p. 41; TRINDADE e JESUS, apud, HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 36)

Em simples linhas, foi a emancipação burguesa das Revoluções que criou os primeiros “sistemas de segurança” com fins de proteção e harmonização “das gentes do burgo” (TRINDADE e JESUS, apud, HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 36). Tais sistemas foram organizando-se e sofisticando-se progressivamente na medida em que a sociedade transicionava de um modelo de relações familiares ou feudais para o de classes. É a especialização profissional e econômica desta era que também especializa um corpo de agentes para o “controle social”. Em outras palavras, a profissionalização das atividades de segurança pública é subproduto da formação dos Estados Modernos e das revoluções econômicas contemporâneas (HOLLOWAY, 1997, p. 21). É neste momento histórico também que se instituem boa parte das forças de segurança pública (ou polícias) e, daqui em diante, cada uma se desenvolve com traços próprios, acordantes com as dinâmicas sociais e políticas em que se inserem, mas compartilhando traços suficientes para que se identifique a predominância de características comuns e que demarcam o modelo “tradicional” ou “profissional” de policiamento (HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 37).

A “novidade” desse método consiste na organização burocrática de profissionais gerenciados de acordo com uma metodologia ou racionalidade voltada ao patrulhamento como “policiamento preventivo”. A concepção era relativamente simples: patrulhas regulares e direcionadas por técnicas mais científicas bastariam para inibir a perturbação à ordem pública e os atentados à segurança dos indivíduos (REINER, 2004, p. 43).

O modelo proposto logo se encontra com a jovem ciência da administração e acha lastro, sobretudo nas formulações de Frederick Taylor – da administração científica, a saber. Os serviços de segurança pública passam a ser prestados por organizações de estruturas hierárquicas de controle “cientificamente” projetadas e rigorosamente observadas. A padronização das atuações e as normas estabelecidas para a rotina dos trabalhos é o ponto central do modelo que nascido em solo europeu, migra para os Estados Unidos, lá ganha força

e expande-se para o mundo criando um paradigma de policiamento de forte influência nos mais diversos cenários e instituições (HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 154).

As manifestações concretas deste modelo podem ser vistas pelas diretrizes padronizadas de atuação, evidente, mas tornam-se ainda mais notáveis e consolidadas pela incorporação de novas tecnologias na prestação da segurança pública que aprofundam significativamente a proposta da “era profissional americana”. A introdução do automóvel como ferramenta das agências de segurança pública substitui o policiamento a pé pelo patrulhamento motorizado, esta atividade, por sua vez, passa a ser coordenada remotamente pelo extensivo uso da radiocomunicação que distribui internamente as demandas de serviço apresentadas pelos cidadãos também à distância através da popularização dos aparelhos telefônicos (HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 154).

O modelo “profissional”, portanto, confere ênfase à eficiência operacional através de mudanças estruturais e procedimentais – vislumbradas pelos novos estudos científicos e viabilizadas pelas inovações tecnológicas de transporte e comunicação – e seu símbolo maior é possivelmente a tática operacional de patrulhamento apoiado por carros e rádio na intenção de “saturar” o ambiente com a presença de agentes de segurança para dar pronta resposta aos incidentes criminais. O pressuposto aqui é de que os procedimentos padronizados deveriam facilitar a onipresença do policiamento e que o patrulhamento aleatório dos espaços públicos configuraria forma efetiva de aumento ou garantia da segurança. No mais, a prioridade deveria ser a rápida resposta aos acionamentos, a pronta reação às emergências comunicadas (HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 154-156; CERQUEIRA, 2001, p. 13).

Este “método” permaneceu dominante nas instituições de segurança pública até a década de 1960. Até aqui todas as críticas e esforços reformistas voltavam-se a tópicos relacionados à gestão interna da burocracia institucional. Os debates tratavam de como racionalizar (ainda mais) a organização, como valorizar o capital humano, modernização dos equipamentos e sobre a adoção de procedimentos mais eficientes e padronizados. A tendência permaneceu tão forte que “o policiamento profissional chegou a ser definido, simplesmente, como a “aplicação de modernos conceitos de gestão nas organizações policiais” (HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 155).

O modelo tradicional de policiamento, embora importante avanço no sentido de profissionalizar, sistematizar e especializar a prestação do serviço/direito de segurança pública, já trazia em seu próprio seio a semente de sua posterior falha que o tempo fez germinar.

É que o modelo não entregou os resultados prometidos e a eficácia programada pela adoção de tantas técnicas e tecnologias não veio mesmo após várias décadas. Outro ponto frágil da estratégia encontra-se no seu próprio núcleo conceitual – o foco não é na prevenção, mas apenas na prontidão para reagir quando um evento criminoso ou perturbador da ordem pública já tenha ocorrido. Em outras palavras, o modelo profissional não se preocupa com a análise dos crimes e com a eliminação de suas causas (e minoração de sua ocorrência, portanto).

A dita era “profissional” ou “tradicional” norte-americana, embora de clara filiação ao modelo metropolitano londrino, na medida em que aprofunda suas reformas técnicas e tecnológicas acaba por afastar-se de parte dos ideais do modelo a partir da qual se origina. Quando cada vez mais imersa em debates tecnocráticos menos se relaciona com a comunidade que pretende proteger; se o automóvel revoluciona o paradigma do patrulhamento, permitindo maior rapidez e mobilidade, também retira o agente das calçadas e do contato diuturno com os cidadãos; se os novos aparatos de comunicação permitem a montagem de centrais de operações que unificam e distribuem as demandas da população a ser assegurada, o empenho em respostas rápidas aos chamados, em reatividade, deixa pouco espaço para postura ativa e preventiva. (CERQUEIRA, 2001, p. 5)

Sobre aquele isolamento dos agentes de segurança posto acima Cerqueira (2001a, p. 6-7) assevera que “a ênfase na profissionalização” solidifica o entendimento de que são eles os únicos habilitados para tratar com a segurança pública, de que o tema dispensa o envolvimento da comunidade e a cooperação de outros segmentos sociais na fomentação de um ambiente seguro e organizado. Neste esquema cabe ao responsável pelo policiamento portar-se de maneira “profissional, neutra e distante” e ao cidadão exercer seu resumido papel de cientificar a instituição de segurança “da ocorrência dos delitos” além de “acatar as decisões policiais” e bem servir como testemunha, se assim solicitado.

Este desencorajamento de qualquer outro contato entre instituições de segurança pública e público a ser protegido – típico do modelo tradicional que se vem descrevendo – tem como produto o distanciamento entre estes segmentos que progressivamente evolui para um verdadeiro estranhamento. Passa a predominar uma mentalidade de “nós (policiais) contra eles (demais cidadãos).” (CERQUEIRA, 2001, p. 13).

Pelas fragilidades expostas, mesmo que brevemente, fica fácil compreender a falibilidade do modelo e, portanto, sua inevitável degradação. O policiador (para evitar o termo “policial” pelas ressalvas já feitas anteriormente) passa a ser como um espantalho no cenário social em que se insere e o sistema embora cada vez mais sofisticado atua voltado para (e, de certa forma, fechado) em si próprio.

No mais a ênfase na reatividade como tática de atuação limita a eficiência do resultado uma vez que só há acionamento da força de segurança quando alguém observa e resolve voluntariamente comunicar o ocorrido. Todo o delito não testemunhado, sem vítima específica e imediata, ou não comunicado por este desencorajamento da cooperação entre cidadão e instituição de segurança pública deixa uma série de potenciais e efetivas situações descobertas pelo modelo (CERQUEIRA, 2001, p. 13-14). Ainda, repisa-se, a tática acaba por apenas tratar sinais sintomas, não a problemática em si.

Diante deste cenário e das crescentes críticas às instituições de segurança pública e sua (pouca) eficácia, uma série de pesquisas começa a ser realizada. O palco dos debates é, novamente, em grande maioria, o ambiente norte-americano. A primeira rodada de estudos ainda buscou defender que o caminho seria o de reforçar o que já se procurava fazer há décadas, valorizando ainda mais os meios frente aos fins. Foi apenas uma segunda “fase” de estudos que possibilitou a vinda à luz de uma série de evidências que questionavam o modelo profissional, quebrando o senso comum imperante até então. (HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 159-160)

Skolnick e Bayley (2006, p. 18-20) bem sintetizam as principais constatações deste segundo momento de pesquisas. Em breves linhas, resta comprovado que o aumento de investimentos e de efetivo nas instituições de segurança pública não está diretamente ligado aos índices de criminalidade, que muito mais se relacionam a indicadores sociais. Também o patrulhamento aleatório e motorizado não gera sensação de segurança e, ao contrário do esperado, afasta cidadãos e força pública. Ainda, a diminuição no tempo de atendimento em nada aumenta a satisfação das vítimas atendidas nem altera o sucesso de efetiva identificação e punição de criminosos – o que acontece, em linhas gerais, em menos de um décimo dos casos.

As conclusões destes estudos apontam no sentido de que o modelo tradicional não reduz os crimes nem tranquiliza a população a ser protegida. Neste sentido qualquer investimento realizado nas mesmas “ideais tradicionais” e “burocraticamente seguras” não traria avanços para um sistema que já não funcionava. Em verdade, questiona-se se o sistema chegou, de fato, a funcionar, a apresentar os resultados que programou e prometeu (SKOLNICK; BAYLEY, 2006, p. 20).

Por fim Skolnick e Bayley (2006, p. 20) concluem que:

Os estudos indicam claramente que a proteção deve ser fornecida pelos próprios cidadãos, e que a ajuda deles é fundamental [...] A tarefa da polícia é, portanto, trabalhar junto com o povo, de maneira a garantir que isso aconteça, desenvolver estratégias específicas e articuladas que possam produzir resultados.

É o diagnóstico terminativo de uma falha mais que institucional, mas sistêmica, e o prenúncio de um novo momento a ser inaugurado.

2.3 POLICIAMENTO COMUNITÁRIO OU “ORIENTADO PARA A SOLUÇÃO DE PROBLEMAS”

A compreensão do modelo tradicional de policiamento é essencial para que se possa entender a revolução que representou, mas também as limitações inerentes à própria abordagem que faz da problemática da segurança pública. É a falência do policiamento tradicional e a percepção da baixa eficácia de suas técnicas que apontam o caminho a ser seguido: uma aproximação da comunidade, numa evolução do policiamento profissional para um (também profissionalizado, evidente) modelo “comunitário” ou de atuação “orientada para a solução de problemas”.

Sobre o debate pela maior propriedade de uma ou outra denominação específica não se tomará parte, pois questão por demais tecnicistas e pertinente apenas a estudos mais aprofundados do tema. Tendo-se em mente que o intuito da presente etapa deste escrito é o de descrever o movimento de “reestruturação dos departamentos de polícia com o objetivo de ampliar e aprofundar o relacionamento entre a polícia e a comunidade” que caracteriza um novo paradigma de atuação dos agentes e das instituições de segurança pública, tomá-los-emos, ambos os termos apresentados acima, como sinônimos e também como equivalentes à aglutinação conceitual sugerida por Peak e Glensor de que trata-se de uma “era de resolução de problemas com a comunidade” (HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 163).

Tirada a formalidade terminológica de caminho – em uma simplificação conceitual indesejável, mas pertinente e bem servente aos fins deste estudo – pode-se retornar à cronologia do desenvolvimento dos métodos de policiamento.

Descrita aquela crise evidenciada pelas pesquisas realizadas a respeito do modelo tradicional de policiamento, é importante asseverar a adição de ainda outros elementos de grande relevância para o produto que será descrito mais adiante e já nomeado acima. É que em tempos mais recentes emergem movimentos por direitos civis e denunciadores da “inadequação e desigualdade no tratamento das minorias” (entre tantos outros pontos sensíveis) que tornam ainda mais complicado o cenário da segurança pública. Neste contexto as instituições incumbidas de garantir este serviço/direito de segurança são chamadas a acrescentar outras estratégias e abordagens na persecução de seus fins (HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 162).

O termo adequado é mesmo “acrescentar” na medida em que – como se insinuou acima – o novo modelo não vem no sentido de desconstruir todas as técnicas e tecnologias anteriormente empregadas nem com o intuito de invalidar os protocolos e padrões de atuação resultantes de décadas (para não arriscar a menção em séculos) do desenvolvimento de inúmeras corporações. O que se pretende é demonstrar que o equívoco do modelo tradicional consistiu no excessivo direcionamento de esforços e recursos num espectro demasiadamente reduzido e numa concepção simplista de policiamento, do papel dos agentes e das instituições que o realizam (HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 162).

A nova estratégia verdadeiramente expande o âmbito de atuação das ditas instituições, que passam a atuar percebendo que “o controle e a prevenção do crime” são muito mais “resultado da parceria com outras atividades”, dos “recursos do policiamento articulados com os recursos comunitários” em contraste com a abordagem tradicional meramente patrulheira (CERQUEIRA, 2001, p. 23).

É bem verdade que a lei continua sendo o critério de legitimação da atuação de tais instituições, mas a própria comunidade passa a ser percebida como fator determinante para o bom resultado dos serviços de segurança. É que a lei, por si só, não é capaz de abarcar todas as possibilidades do mundo real e, não raro, a manutenção da segurança tem mais ligação com resolução de problemas no seio da comunidade pela negociação que pela mera imposição de ditames legais positivados (CERQUEIRA, 2001, p. 22).

Asseverando o que se disse e em bom resumo e reiteração das ideias, Rico (1992, p. 87) traz que neste novo momento:

Tanto o público quanto a polícia parecem estar de acordo em que uma das principais tarefas policiais é aplicar a lei e, mediante essa aplicação, garantir a proteção da comunidade. Entretanto, a imensa maioria dos fatos que ocorrem diariamente aos cidadãos só ocasional e parcialmente constitui um problema legal e ainda menos um problema penal. No transcurso de suas atividades cotidianas, a polícia não se dedica principalmente a aplicar as leis em cada caso, mas sim a tentar encontrar soluções adequadas para muitos problemas e dificuldades com que regularmente deparam os cidadãos e em relação aos quais nem a legislação nem a organização social oferecem respostas satisfatórias. Na grande maioria dos casos, a polícia é o único serviço social a que qualquer pessoa pode recorrer em caso de necessidade urgente.

A lição é longa mas repisa de forma importante que a movimentação reativa das instituições de segurança pública não se coloca como melhor resposta nem vai ao encontro dos anseios sociais no que diz respeito a um “desejo de segurança” ou, pelo menos, uma “sensação de segurança”. Antes que uma instituição capaz de responder aos distúrbios ou delitos já irrompidos, o que os indivíduos realmente desejam é não se verem envolvidos em situação de insegurança e esta é a pedra de toque para a mudança de um policiamento ainda profissional mas organizado conforme uma lógica preventiva, preocupada em atuar colaborativamente e atacando, antes das consequências, as causas (RIBAS, 2014, p. 68-69).

Diante desta compreensão dos fatos, Rico (1992, p. 88-89) complementa ainda que:

Toda ação policial com finalidade preventiva e social deve estar orientada para assistir a comunidade com o objetivo de que esta possa resolver os problemas colocados pela criminalidade e pela manutenção da ordem pública. Com essa perspectiva, a polícia deve procurar o estabelecimento de contatos com a população e a oportunidade de lhe prestar ajuda e obter a sua confiança e colaboração.

De acordo com os ditames do novo modelo, a ênfase da atuação passa a ser na prevenção e o agente de segurança pública passa a ser “mais um consultor da comunidade para os temas relacionados à sua segurança, um mediador de soluções dentro da própria comunidade ou por meio da interação com outros segmentos sociais” que propriamente um “vigia ou controlador da sociedade” ou de determinado segmento desta. O conflito das classes “policiais” e “cidadãos”, o “nós e eles” anteriormente referido dá espaço à cooperação entre todos os agentes interessados no enfrentamento das problemáticas no sentido de construir um ambiente mais seguro (RIBAS, 2014, p. 69).

O aprofundamento nos temas atinentes ao “policiamento comunitário” demandaria o investimento de uma série de outras linhas não disponíveis neste escrito. Não é, em verdade, intuito deste trabalho pormenorizar a discussão a níveis mais densos mas apenas identificar uma mudança de paradigmas que representa mais um passo na evolução das instituições competentes para a prestação do dito direito/serviço de segurança pública.

O que se pretende frisar para encerrar a presente seção é que a síntese das novas ideias que surgem e vão se fixando a partir da década de 1960 em diante nos Estados Unidos, principalmente, e dali para o mundo, é de que a verdadeira segurança pública diz respeito (e está intimamente conectada, portanto) “à resolução dos problemas que comprometem a qualidade de vida de uma comunidade” e que tal resolução só é possível na cooperação de

diversos segmentos sociais sinergicamente atuantes através do “emprego de todos os meios possíveis” na busca da solução de “todos os problemas que de alguma maneira afetem a segurança de uma comunidade” e, neste caso, os meios podem ou não ser de origem governamental ou mesmo institucional (MARCINEIRO, 2009, p.102-103).

Marcineiro (2009, p. 104) ainda complementa sobre a doutrina de policiamento em tela que:

Este policiamento [comunitário] deve ser feito em estreitos laços com a comunidade local no intuito de conquistar sua confiança e, conseqüentemente, passar a receber informações que refletirão diretamente em uma melhoria na prestação do serviço policial. Neste sentido, o policiamento comunitário visa à aproximação da polícia, para que seja construída uma relação de confiança e troca com a comunidade, alcançando as respostas e aos anseios locais.

Por fim, e em conclusão, temos que o dito policiamento comunitário é uma primeira manifestação organizada e concreta das tentativas de evolução das filosofias de segurança pública para que se alinhem com as reais demandas sociais e, nesse sentido, é um método que “busca engajar a todos na construção de espaços de vida em sociedade mais tranquilos e pacíficos” (MARCINEIRO, 2009, p. 104).

3. METODOLOGIA

O trabalho aqui apresentado configura-se como uma pesquisa bibliográfica e documental por colher destas fontes os argumentos teóricos que iluminam a produção. No que diz respeito à metodologia científica utilizada para a navegação na literatura selecionada, opta-se pelo método dedutivo uma vez que se parte de campo mais amplo em progressiva redução de espectro e aproximação do objeto que se quer estudar (MEZZAROBÀ; MONTEIRO, 2004, p.65-67), qual seja, a segurança pública no peculiar cenário que é uma instituição universitária.

Pela delimitação temporal tem-se, segundo a metodologia, um estudo de perspectiva transversal, justamente por realizar um recorte específico na linha do tempo e analisá-lo pormenorizadamente, não é, portanto, um estudo que se alonga por uma linha do tempo mas sim um retrato do estado das coisas em determinado momento.

No que diz respeito à formalidade do escrito ainda, por sua natureza, no mais, o presente encontra amparo em taxonomia metodológica de alguns teóricos da matéria, como se vê:

Acerca da classificação da pesquisa, tem-se que, quantos aos fins, trata-se de um estudo descritivo, vez que se ocupa de expor características de um objeto selecionado sem o “compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação” (VERGARA, 2013, p. 42).

Ainda, quanto aos meios, a pesquisa enquadra-se como um “estudo de caso”, pois, conforme leciona Gil (1991, p. 59) este esquema:

Também se aplica com pertinência nas situações em que o objeto de estudo já é suficientemente conhecido a ponto de ser enquadrado em determinado tipo ideal. Por exemplo, se as informações disponíveis fossem suficientes para afirmar que existem três tipos diferentes de comunidades de base e houvesse o interesse em classificar uma comunidade específica em algum desses tipos, então o estudo de caso seria o delineamento mais adequado.

É neste sentido que caminha a atual exposição: explicitar a existência de dois principais esquemas de prestação do serviço de segurança pública para depois buscar manifestações concretas destes modelos em aplicação nas universidades, com o objetivo de, finalmente, identificar quais componentes do modelo aplicado nas instituições estrangeiras,

especificamente as estadunidenses, podem ser utilizadas nas instituições brasileiras. Aqui a questão central do trabalho: Quais aspectos do modelo de prestação de segurança pública aplicado em universidades estadunidenses podem ser aproveitados diante da problemática nas universidades brasileiras?

As respostas para tais reflexões, após o aporte teórico trazido, foram buscadas em sítios eletrônicos de universidades estadunidenses e, mais especificamente, nas sessões que tratavam da segurança e as estruturas organizacionais e práticas adotadas para o tema naquelas instituições bem como em artigos redigidos naquele país sobre o tema e no confronto do material com a realidade percebida nas universidades brasileiras.

4. RESULTADOS

Compreendidas as principais correntes que tratam da preservação da segurança pública como objeto de estudo e de atuação, de determinado segmento profissional especializado e percebidos alguns traços que distinguem as devidas manifestações no mundo real de tais “escolas” de prestação da segurança cabe, para avançar na etapa final do escrito, procurar tais manifestações nos cenários traçados como foco da análise ora em curso, a repisar, universidades – do Brasil e dos Estados Unidos – através da atuação das organizações, instituições ou divisões competentes e dedicadas à prestação de dito múnus.

Tratar do caso das universidades brasileiras e da segurança pública no âmbito de tais instituições é sempre complexo e qualquer digressão que se queira fazer será, por natureza, complexa demais para estas breves linhas que seguirão. A discussão será parcialmente reduzida, afastada, portanto, por uma razão antes de tudo, de cunho jurídico.

É que o sistema normativo brasileiro traz, logo na Carta Maior, um rol exaustivo de instituições competentes para a prestação de segurança pública – somente elas possuem, portanto, competência para a matéria e as prerrogativas ligadas a tal encargo – e, neste sentido, por mais que se queira falar em departamentos de segurança nas universidades, e embora existam iniciativas louváveis ou boa intenção na condução de divisões internas de segurança, em tese, tais repartições poderiam tratar apenas de questões patrimoniais da instituição e não tanto mais que isso. Podem, de alguma forma colaborar no campo da manutenção da ordem e da segurança pública muito mais pela rotineira fiscalização do cotidiano universitário e pela possibilidade de acionar as forças públicas competentes que por atividades levadas a frente por conta própria.

Embora possam atuar consultivamente, auxiliando no projetar de ambientes mais seguros e quase “diplomaticamente” buscando uma interação mais próxima com as instituições (externas) de segurança pública, falta, no caso brasileiro, um poder de polícia e a competência legal para atuação no campo da segurança pública, motivo de enormes polêmicas ainda mal resolvidas no campo da Administração Pública e das Ciências Jurídicas.

Tomada, em tela, no entanto, a realidade estadunidense, a situação percebida é sensivelmente diversa.

Naquele País já é sólido o reconhecimento de que os campi universitários, embora não tenham registros de ocorrências criminosas tão numerosos quanto o “mundo externo” possuem problemas de criminalidade comensuráveis com aqueles encontrados em uma cidade de menor porte (GRIFFITH et al., apud WADA; PATTEN; CANDELA, 2010, p. 115). Pesquisas dão conta de identificar, portanto, o campus como um local sensível e exposto a perigos específicos à sua natureza e genéricos, como quaisquer outros locais de convivência, de circulação de público e, por isso, merecedores de atenção de agências de segurança pública.

Neste contexto que se pode perceber um avanço da literatura norte-americana sobre o tema no sentido de asseverar que os “departamentos” de segurança, ou agências de

policciamento do campus – em uma nomenclatura genérica – de uma universidade desempenham funções muito similares, ou até iguais, às de uma polícia estatal, no caso estadunidense, municipal ou do condado, pela forma de organização da segurança pública naquele cenário (FERRANDINO, 2012, p. 302).

Justamente por esta razão que, apesar das diferenças entre uma polícia de um campus e uma polícia municipal (ou estadual, nacional) que poderiam ser postas por qualquer um que queira argumentar neste sentido, ao longo das últimas duas décadas as universidades estadunidenses têm optado por constituir departamentos de policiamento completos e não estruturas mais simplórias de segurança pública. (FERRANDINO, 2012, p. 302).

Diante desta realidade que Nichols (apud FOSTER, 1986, p. 224) afirma que a percepção dos próprios dirigentes de ambas: instituições universitárias e suas respectivas agências de policiamento – ou polícias – acerca do tema dão conta de que a atuação de tais “polícias” deve ser muito mais voltada ao “servir” e à “resolução de problemas” que à “imposição da lei” e, justamente por esta diferença de funções, que a atuação e o treinamento dos agentes envolvidos deve ser na direção de buscar a integração com a comunidade universitária.

Tal percepção encontra amparo no diagnóstico realizado por Bromley (apud FERRANDINO, 2012, p. 303) que, através de sua pesquisa, percebe que as polícias do campus – seguindo a tendência da doutrina sobre policiamento e seu avanço da era profissional ou tradicional até concepções mais modernas – possuem, em percentagem similar às forças policiais “comuns”, planos de policiamento comunitário, treinamento segundo tal doutrina, atuação e avaliação do serviço com base nos princípios desta “escola de policiamento” e parcerias que atuem na dita “solução de problemas”.

Bromley (apud FERRANDINO, 2012, p. 303) também começa a encontrar traços específicos do policiamento realizado por essas “agências policiais” do campus frente às demais forças policiais. Uma prática percebida é a de uma prevalência do patrulhamento a pé ou com uso de bicicletas ao invés da costumeira utilização de viaturas motorizadas. Como visto na seção anterior, embora medida “simples”, a semiótica e as consequências práticas de tal alteração paradigmática são grandes. O compartilhamento de calçadas por protetores e protegidos aproxima bastante mais estes atores que o modelo motorizado. É uma medida inicial para o estabelecimento da dinâmica da segurança comunitária que prevê uma maior interação cooperativa entre as partes da “relação” do serviço de segurança.

Deste ponto em diante, e deixando-se a literatura de lado, é possível verificar nas diversas universidades estadunidenses e em seus respectivos “departamentos policiais” uma série de práticas que demonstram o caráter comunitário e a opção por práticas de segurança que ultrapassem o mero patrulhamento aleatório e atendimento reativo a chamadas e que deem conta da prevenção e da construção de um ambiente mais seguro.

Tais medidas vão desde o campo “material” com a implementação de controle de acesso às instalações e ao próprio campus como um todo, cadastro de veículos, e instalação de cabines com “botões de emergência” para acionamento da agência, por exemplo; até uma série de outras formas de atuação que extrapolam a simplória criação de “barreiras físicas” à criminalidade. São oferecidos serviços de “escorta” aos pedestres, caso sintam-se receosos ou expostos a alguma situação de perigo, serviço de transporte e caronas – sobretudo para horários de menor movimento no campus -, cursos de defesa pessoal, programas de prevenção ao uso de drogas, programas de combate a crimes sexuais, emissão de comunicados pessoais de alerta para situações ou eventos de perigo, aplicativos de celular que permitam chamados de emergência com geolocalização do usuário, serviços de investigação e denúncias, entre outras iniciativas – todos exemplos de itens que procuram aproximar o público dos agentes de segurança, criando vínculos e proximidade e a formação de uma comunidade única a se proteger (AUSTIN COLLEGE, 2018; PRESBYTERIAN COLLEGE, 2018; REGIS

COLLEGE, 2018; TUFTS UNIVERSITY, 2018; STATE UNIVERSITY OF NEW YORK, CORTLAND, 2018; SOUTHEASTERN LOUISIANA UNIVERSITY, 2018; WESTERN WASHINGTON UNIVERSITY, 2018).

5. CONCLUSÃO

Como visto, diversas são as formas de abordagem possíveis da prestação do serviço de segurança pública. Há um campo de discussão extremamente vasto sobre a própria técnica a ser empregada na atuação das instituições ligadas a tal serviço e, conseqüentemente, na atuação de seus agentes.

Quando se adiciona ao debate a especificidade ambiental que representa um campus universitário, ainda mais densa é a discussão. Para além de debates juristas – que demandariam, como dito, uma extensa exposição apenas para que se pudesse discorrer sobre a natureza jurídica das instituições (policiais e de ensino superior, por exemplo) de cada País dentro do regime normativo vigente em cada um deles e das consequências práticas de tudo isto no debate em tela – o que se pode notar é a prevalência de algumas práticas ou de paradigmas aplicados pelos “departamentos” responsáveis pelo serviço de segurança pública nas instituições universitárias.

No Brasil a realidade é de complexa análise, já que, como visto, barreiras legais limitam a atuação de qualquer “nova” instituição no campo da segurança pública, pois assunto constitucionalmente reservado a outras poucas. Tal vedação dificulta a adoção de práticas específicas à segurança de um campus universitário, pois inexistem instituições ocupadas de tal ambiente peculiar, especializadas no dito cenário. Desta forma, qualquer revolução de grande porte passa por alteração do texto constitucional, tarefa nada simples.

No mais, há sim o que possa ser alterado nas práticas de instituições policiais e departamentos próprios de segurança no interior e entorno dos campi universitários que protegem sem que grandes inovações (ou forçados saltos interpretativos) da norma sejam necessárias. As alterações estão, quer dizer, muito mais ligadas à adoção de novas práticas ou alteração de protocolos, que não dependem de processos legislativos e conseqüentes alterações na ordem legal que a criação de novas instituições ou grandes eventos reformadores.

O que é possível de ser importado das experiências e práticas estadunidenses é justamente a adoção de componentes do serviço de segurança pública que estejam conectados com a perspectiva do policiamento “comunitário” ou “orientado para a resolução de problemas”. É a progressiva aproximação entre comunidade universitária e instâncias responsáveis pela prestação da segurança de tal público/espço físico.

Tal aproximação pode ser feita – em qualquer local do mundo, e sob diversos regimes jurídicos – pelo oferecimento de serviços outros que não os de mero patrulhamento ostensivo (e frequentemente motorizado pela extensão dos campi universitários). Neste sentido não é complexo pensar-se na implementação, em instituições de ensino superior brasileiras, de abordagens com foco na prevenção, através de cursos de defesa pessoal, cartilhas, seminários e instruções de segurança própria, bem como não demandaria nenhuma grande revolução normativa a prestação de serviços auxiliares à boa segurança como os de transporte e escolta aos alunos e profissionais da universidade, os serviços de videomonitoramento e inteligência, de controle de acesso de pessoas e veículos nos limites do campus, de normatização e fiscalização dos usos do espaço universitário e assim por diante.

Todas estas anteriores e outras tantas boas práticas que caminhem no mesmo sentido são passíveis de importação com relativa facilidade e, em resposta a questão central do presente escrito, são componentes do modelo utilizado nas universidades estadunidenses, ou práticas lá adotadas e alinhadas com as mais modernas doutrinas de policiamento e segurança

pública, que podem ser aproveitadas como paradigma ou inspiração para a solução de ao menos parte dos problemas de segurança pública que permanecem desafios presentes na realidade das universidades brasileiras e seus respectivos campi.

Quer dizer, a boa administração universitária em solo brasileiro pode se valer das experiências, práticas e conhecimento desenvolvidos nas instituições análogas do exterior para aprimorar seus modelos de gestão e governança em exercício de estudo comparado das soluções criadas para problemas que, se em peculiaridades podem diferir, dividem mesmas essências.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Marcelo. **Leviatã: o demiurgo das paixões: uma introdução ao contrato hobbesiano**. Florianópolis (SC): Letras Contemporâneas, 2001. 111p.
- AUSTIN COLLEGE. **Campus Police and Safety**. Sherman (Texas/USA), 2018. Disponível em: <<http://www.austincollege.edu/campus-life/police/>>. Acesso em: 18 jun. 2018.
- BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento: Uma Análise Internacional Comparativa**. São Paulo (SP): Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 2001, c 2002. 159p.
- CERQUEIRA, Carlos M. N. **Do Patrulhamento ao Policiamento Comunitário**. Rio de Janeiro (RJ): F. Bastos, 2001.
- CORTELLA, Mario Sergio. **Pensar bem nos faz bem!: 2. Família, carreira, convivência e ética**. Petrópolis (RJ): Vozes; São Paulo (SP): Ferraz & Cortella, 2013.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 29. ed. São Paulo (SP): Saraiva, 2010. 314p.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan**. 5. ed. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 1979. 215p. (Perspectivas do homem v.99. Serie Ciências sociais).
- FERRANDINO, Joseph. **The Comparative Technical Efficiency of Florida Campus Police Departments**. Criminal Justice Review 37 (3). Georgia State University (USA). 2012. p. 301-318
- FOSTER, Julia A. **Professionalism and campus police officers**. American Journal of Criminal Justice. Volume 10, Issue 2, p. 222-235. Springer-Verlag, 1986.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3a ed. São Paulo: Atlas, 1991. 159p.
- HIPÓLITO, Marcello Martinez; TASCA, Jorge Eduardo. **Superando o mito do espantalho – uma polícia orientada para a resolução dos problemas de segurança pública**. Florianópolis (SC): Insular, 2012.
- HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro / repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, 344. p.
- MARCINEIRO, Nazareno. **Polícia Comunitária: construindo segurança nas comunidades**. Florianópolis (SC): Insular, 2009.
- MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. São Paulo (SP): Saraiva, 2004.

- MILL, John Stuart. **Utilitarismo**: texto integral. São Paulo (SP): Editora Escala, 2007.
- MONET, Jean-Claude. **Polícias e sociedades na Europa**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2002. 353 p. (Polícia e Sociedade; 3)
- PONDÉ, Luiz Felipe. **Contra um mundo melhor**: ensaios do afeto. São Paulo (SP): LeYa, 2013.
- PRESBYTERIAN COLLEGE. **Campus Police**. Clinton (South Carolina/USA), 2018. Disponível em: < <https://www.presby.edu/campus-life/campus-police/>>. Acesso em: 18 jun. 2018.
- REINER, Robert. **A Política da Polícia**. São Paulo (SP): Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- REGIS COLLEGE. **Campus Police**. Weston (Massachusetts/USA), 2018. Disponível em: < <http://www.regiscollege.edu/about/police.cfm>>. Acesso em: 18 jun. 2018.
- RIBAS, Ruy Tadeu Mambrini. **A formação do oficial da Polícia Militar de Santa Catarina e sua adequação ao modelo policial de um estado democrático de direito**. 2014. 121 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC). 2014.
- RICO, José Maria. **Delito, insegurança do cidadão e polícia**: novas perspectivas. Rio de Janeiro (RJ): Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1992. 305 p.
- SOUTHEASTERN LOUISIANA UNIVERSITY, **University Police Department**. Hammond (Louisiana/USA), 2018. Disponível em: < <https://www.southeastern.edu/admin/police/>>. Acesso em: 18 jun. 2018.
- SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. **Nova Polícia**: Inovações na Polícia de Seis Cidades Norte-Americanas. São Paulo (SP): Editora da Universidade de São Paulo, 2006
- STATE UNIVERSITY OF NEW YORK, CORTLAND. **University Police Department**. Cortland (New York/USA), 2018. Disponível em: < <http://www2.cortland.edu/offices/university-police-department/>>. Acesso em: 18 jun. 2018.
- TUFTS UNIVERSITY. **University Police**. Medford (Massachusetts/USA), 2018. Disponível em: < <http://publicsafety.tufts.edu/police/>>. Acesso em: 18 jun. 2018.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 94 p.
- WADA, James C.; PATTEN, Ryan; CANDELA, Kimberlee. **Betwixt and between: the perceived legitimacy of campus police**. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, Vol. 33 Iss 1 pp. 114-131 (2010) Permanent link to this document: <http://dx.doi.org/10.1108/13639511011020629>
- WESTERN WASHINGTON UNIVERSITY, **Department of Public Safety – University Police**. Bellingham (Washington/USA), 2018. Disponível em: < <http://www.wvu.edu/ps/police/>>. Acesso em: 18 jun. 2018.